

À **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO ALTO/RJ**  
AO **SETOR DE LICITAÇÕES**  
A/C **TIAGO**



**REF.: EDITAL Nº 01/2022**

Prezados,

Alguns leiloeiros, em especial a Sra. Juliana Vettorazzo, inconformados com a atuação de leiloeiros de outros estados no Rio de Janeiro, vêm realizando manobras a fim de tentar inibir a participação dos concorrentes nos processos licitatórios.

No entanto, a Comissão não deve compactuar com essa concorrência desleal, pelos fatos a seguir expostos.

As alegações são sempre as mesmas, de que o Leiloeiro Jonas Gabriel Antunes Moreira e outros não cumpriram os requisitos do edital em epígrafe, mais precisamente quanto à inscrição no CAD/ICMS.

De fato, é indispensável o atendimento aos dispositivos editalícios. Por essa razão é que a habilitação do licitante Jonas Gabriel Antunes Moreira deve ser mantida a fim de realizar a contratação.

Ora, o edital de Chamamento Público foi claro quanto à exigência da comprovação de regularidade na Fazenda Estadual:

**3.4.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

I – Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda;

II – Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual ou Municipal do local onde esteja registrada a matrícula do LEILOEIRO, na forma da lei;

Pois bem, o licitante Jonas comprovou sua regularidade junto à Fazenda Estadual no momento de sua habilitação, e ainda se encontra regular, conforme as certidões a seguir:



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO RIO DE JANEIRO

CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL Nº 2022.1.2874187-7  
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS - CND

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE	
CPF / CNPJ : 065.132.226-05	CAD-ICMS : Não inscrito
NOME / RAZÃO SOCIAL : *****	
<p>CERTIFICA-SE para fins de direito e de acordo com as informações registradas nos Sistemas Corporativos da Secretaria de Estado de Fazenda que, até a presente data, <b>NÃO CONSTAM DÉBITOS</b> perante a Fazenda Estadual para o requerente acima identificado, ressalvado o direito de a Receita Estadual cobrar e inscrever as dívidas de sua responsabilidade, que vierem a ser apuradas.</p> <p>EMITIDA EM: 26/10/2022 15:15</p> <p>VÁLIDA ATÉ : 24/01/2023</p> <p>Certidão emitida com base na Resolução SEFAZ nº 109 de 04/08/2017</p>	
OBSERVAÇÕES	
<p>1. Esta certidão deve estar acompanhada da Certidão da Dívida Ativa, emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado, nos termos da Resolução Conjunta SEFAZ/PGE nº 33/2004.</p> <p>2. A aceitação desta certidão está condicionada a verificação de sua autenticidade na internet, no endereço: <a href="http://www.fazenda.rj.gov.br">www.fazenda.rj.gov.br</a>.</p> <p>3. Esta certidão não se destina a atestar débitos do imposto sobre transmissão "causa mortis" e doação, de quaisquer bens ou direitos (ITD).</p> <p>4. Qualquer rasura ou emenda invalida este documento.</p>	

E ainda:



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS EM DÍVIDA ATIVA

Certifico que, em consulta ao Sistema da Dívida Ativa no dia 26/10/2022, em referência ao pedido 229939/2022, **NÃO CONSTA DÉBITO INSCRITO em Dívida Ativa para o CPF ou CNPJ informado abaixo:**

**NOME: JONAS GABRIEL ANTUNES MOREIRA**

CPF: 065.132.226-05

A certidão negativa de Dívida Ativa e a certidão negativa de ICMS ou a certidão para não contribuinte do ICMS somente terão validade quando apresentadas em conjunto.

Fica ressalvado o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar débitos que vierem a ser apurados posteriormente à emissão da presente certidão.

A aceitação desta certidão está condicionada a verificação de sua autenticidade na INTERNET, no endereço: <https://pge.rj.gov.br/divida-ativa/certidao-de-regularidade-fiscal>

CÓDIGO CERTIDÃO: DQ14.1100.1011.5G24

PESQUISA CADASTRAL realizada em: 26/10/2022 às 15:32:46.0

Esta certidão tem validade até 24/04/2023, considerando 180 (cento e oitenta) dias após a pesquisa cadastral realizada na data e hora acima, conforme artigo 11 da Resolução nº 2690 de 05/10/2009.

Para maiores informações: <https://pge.rj.gov.br/divida-ativa>

Emitida em 26/10/2022 às 15:32:46.0

Resta inequívoco o fato de que o Licitante Jonas atendeu a todos os requisitos editalícios, não havendo fato que desabone sua contratação, ao revés!

Importante ressaltar que, caso a Sra. Juliana discordasse do edital, deveria ter apresentado impugnação – o que nunca faz, por falta de embasamento fático e jurídico.

O Sr. Jonas Gabriel Antunes Moreira é Leiloeiro Público Oficial há mais de quinze anos, sendo matriculado em Minas Gerais desde o ano de 2007.

Com o advento da Instrução Normativa Nº 72 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração – DREI, em 2019, os Leiloeiros passaram a ter o direito de se matricular em outras unidades da Federação, in verbis:

*“Art. 41. A profissão de leiloeiro será exercida mediante matrícula concedida pela Junta Comercial.*

**§ 1º O LEILOEIRO PODERÁ MATRICULAR-SE EM OUTRAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO.**

*§ 2º A MATRÍCULA MAIS ANTIGA SERÁ CONSIDERADA A PRINCIPAL e as demais suplementares, por ordem de data da concessão”.* Destaque nosso.

Importante esclarecer que, embora a referida Instrução Normativa tenha sido revogada pela IN Nº 52/2022, o dispositivo está presente na mesma, em seu artigo 46.

Ao longo de todos esses anos como Leiloeiro Público Oficial, o Licitante vem atuando com lisura e primazia, sempre buscando entregar o melhor serviço para os contratantes e para seus clientes (arrematantes), sem nenhum fato que o desabone em sua função.

Portanto, não se trata de um profissional inexperiente. Ao revés! O Licitante já participou de centenas de Processos licitatórios, sendo devidamente habilitado. Igualmente, já realizou vários leilões para Órgãos da Administração Pública, Judiciário, Instituições Financeiras, Empresas Privadas, entre outros.

O leiloeiro apresentou na íntegra os documentos requisitados no edital, tanto é que foi considerado, acertadamente, habilitado por esta d. Comissão.

Em especial, comprovou plenamente sua regularidade junto à Fazenda Estadual do Rio de Janeiro, tal como solicitado no Edital.



Para ter sua matrícula deferida perante à Junta Comercial, o Leiloeiro comprovou sua habilitação, em atendimento ao art. 47 da INº 52/2022 do DREI que dispõe:

*“Art. 47. O processo de habilitação inicia-se com a apresentação de requerimento de matrícula pelo interessado, mediante o pagamento do preço público devido, acompanhado da documentação que comprove os seguintes requisitos:*

*I - ser cidadão brasileiro;*

*II - encontrar-se no pleno exercício dos seus direitos civis e políticos;*

*III - estar reabilitado, se falido ou condenado por crime falimentar;*

*IV - não estar condenado por crime, cuja pena vede o exercício da atividade mercantil;*

*V - não integrar sociedade de qualquer espécie ou denominação;*

*VI - não exercer o comércio, direta ou indiretamente, no seu ou alheio nome;*

*VII - não ter sido punido com pena de destituição da profissão de leiloeiro; e*

*VII - não ter sido punido com pena de destituição da profissão de leiloeiro, ressalvado o disposto no art. 92-A; e (Redação dada pela Instrução Normativa DREI nº 80, de 16 de abril de 2020)*

*VIII - ter idoneidade comprovada mediante a apresentação de identidade e certidões negativas expedidas pelas Justiças Federal, Estadual e do Distrito Federal, no foro cível e criminal, correspondentes à circunscrição em que o candidato tiver o seu domicílio, relativas ao último quinquênio”. Grifou-se.*

Cumprе ressaltar que o licitante Jonas apresentou a Certidão de Regularidade para exercício da Profissão de Leiloeiro, emitida pela própria Junta Comercial.

O edital não exigiu, em momento algum, comprovação de que o licitante se encontra inscrito no CAD-ICMS do Estado do Rio de Janeiro.

Em situação semelhante, foi questionado à Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro quanto à inscrição do Leiloeiro no CAD-ICMS:

*“Prezados senhores,*

*É exigido do Leiloeiro Oficial possuir cadastro no CAD-ICMS do estado do Rio de Janeiro, ou somente a Inscrição Municipal (ISS)?*

**RESPOSTA DA JUCERJA:**

*Prezado, segundo a Deliberação 29/2009, o leiloeiro deve apresentar no ato, 451, anualmente, os seguintes documentos:*

*Alvará de localização emitido pela prefeitura;*

*Certidão negativa do ISS;*

*Certidão negativa da receita conjunta com o INSS;*

*Comprovante do extrato da caução.*

*Declaração que não exerce o comércio - IN/DREI 72/2019”.*

Já a DELIBERAÇÃO JUCERJA Nº 29/2009 dos “procedimentos quanto à fiscalização dos Leiloeiros Públicos do Estado do Rio de Janeiro” dispõe que o Leiloeiro deve cumprir as seguintes obrigações:

*“Art. 6º. Os leiloeiros públicos deverão apresentar, dentro dos quinze dias seguintes aos dos respectivos vencimentos, os documentos **comprobatórios do pagamento dos impostos federais, estaduais e municipais referentes à sua atividade.***

***Parágrafo Único. Os comprovantes a que se refere esse artigo são os seguintes:***

- *Cópia autenticada do Alvará de Licença de Estabelecimento;*
- *Certidão Negativa de Débito da Receita Federal;*
- *Certidão Negativa de Débito do INSS;*
- *Certidão Negativa de Débito do ISS;*
- *Cópia autenticada do comprovante de pagamento da Contribuição Sindical obrigatória”. Grifou-se.*

Pois bem, conforme exposto, em momento algum a referida deliberação faz referência ao ICMS. O Leiloeiro apresentou Certidão Específica, onde consta que se encontra em situação REGULAR para o exercício da leiloaria, conforme Decreto 21.981/32 e IN/DREI 52/2022.

Embora exista legislação em vigor no Estado do Rio de Janeiro, quanto à obrigatoriedade de inscrição no ICMS, o leiloeiro já efetuou tentativas de inscrição, que foram recusadas, sob a alegação de não enquadramento para o cadastro.

Protocolamos novamente o pedido de inscrição, conforme a seguir:



BRASIL

Redesim Barra GovBr

GOV.BR/)

N.BR/)

ÁREA DO USUÁRIO



## Acompanhamento de Viabilidade e Legalização

Protocolo

82200000119288

Nome da Empresa

JONAS GABRIEL ANTUNES MOREIRA

Instituições

SECRETARIA DE FAZENDA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Data de Finalização

18/10/2022 12:51:00

Descrição

Data de Envio

Data de Resposta

Status

ANÁLISE

18/10/2022

18/10/2022

PENDENTE

10:20:24

12:51:10

Total: - Página: 1 de Anterior &lt;&lt; &lt; &gt; &gt;&gt; Próximo

Essa dificuldade não é somente do leiloeiro Jonas Gabriel, mas sim de todos os leiloeiros domiciliados em outros estados. Tanto é que somente os leiloeiros naturais do Rio de Janeiro que possuem a referida inscrição.

Utilizando disso, os concorrentes tentam há meses inabilitar o licitante e outros leiloeiros das licitações, sob a mesma alegação. Caso o Sr. Jonas estivesse, de fato, irregular perante à Fazenda Estadual, não teria o mesmo sido impedido de atuar como Leiloeiro no Rio de Janeiro?

São inúmeros os certames no qual o Recorrido Jonas Gabriel foi credenciado. Isso não seria possível caso o mesmo não estivesse regular para a atuação.

Apresentamos algumas decisões quanto aos recorrentes questionamentos:

- Prefeitura de Angra dos Reis/RJ:

**RESPOSTA AO RECURSO ADMINISTRATIVO**

**CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 006/2022**



Trata o presente de resposta ao RECURSO ADMINISTRATIVO apresentado pelos Leiloeiros(as) **JOÃO EMÍLIO DE OLIVEIRA FILHO, JULIANA VETTORAZZO e EDGAR DE CARVALHO JÚNIOR**, enviados pelo e-mail [licitacao@angra.rj.gov.br](mailto:licitacao@angra.rj.gov.br)

**I – Da tempestividade.**

O presente edital prevê o prazo para recurso no item 18.2.1, em que fica determinado o prazo de 05 dias úteis, a contar da intimação do ato.

O(s) recurso(s) foi(ram) enviado(s) no(s) dia(s) 19 de setembro de 2022, 20 de setembro de 2022 e 21 de setembro de 2022 e a intimação em 15 de setembro de 2022, portanto, para efeitos legais, é **TEMPESTIVO**.

**II – Das razões do recurso.**

Em apertada síntese, o(a) recorrente(s) alega(m) pontos diversos, na forma abaixo:

As razões do Senhor **JOÃO EMÍLIO DE OLIVEIRA FILHO** iniciam com a alegação de que a não entrega do referido documento, não confere falta de requisito necessário do Leiloeiro para participação no certame, mas sim, de falha humana no momento da elaboração dos documentos de habilitação que foram enviados a esta Prefeitura.

As razões da Senhora **JULIANA VETTORAZZO** iniciam com a argumentação de que “ao analisar os documentos” (grifo nosso), requer o descredenciamento dos Leiloeiros credenciados Fernando Caetano Moreira Filho, **Jonas Gabriel Antunes Moreira**, Lucas Rafael Antunes Moreira e Ruan Carlos Chaves Gotardo, informa que apresentaram documentação em desacordo com o item 8.4.7.1 do Edital e ao Art. 9º, II da Resolução do SEFAZ 994 de 31 de março de 2016.

As razões do Senhor **EDGAR DE CARVALHO JÚNIOR** iniciam com a exposição requerendo o descredenciamento dos Leiloeiros credenciados Fernando Caetano Moreira Filho, **Jonas Gabriel Antunes Moreira**, Lucas Rafael Antunes Moreira e Ruan Carlos Chaves Gotardo, com base no Art. 9º, II da Resolução do SEFAZ 994 de 31 de março de 2016.

**III – Das contrarrazões.**

O presente edital prevê o prazo para contrarrazão no item 18.2.2, em que fica determinado o prazo de 05 dias úteis, a contar da intimação do ato.

A(s) contrarrazão(ões) foi(ram) enviado(s) no(s) dia(s) 23 de setembro de 2022 e 30

transforma o competitivo em concurso de obstáculos formais, não é esse o princípio lógico, nem ético-moral da licitação pública, pois as licitações públicas não podem servir de entremeios de armadilhas a dificultar seu objetivo finalístico – auferir o melhor contrato ao interesse público através de ampla competição entre os concorrentes, a fim de impedir a ocorrência de danos ao erário”. (grifo nosso).

Há que se destacar que, o edital não tem por objetivo para criar barreiras ou diminuir a competitividade, ao contrário disto, serve para buscar o que se pretende em uma licitação, que é a satisfação do interesse público, após uma análise que coaduna condições de habilitação.

A Comissão age, exclusivamente, dentro do que determina o edital e a legislação vigente. Reafirmamos que fazemos cumprir o disposto no edital, que foi previamente aprovado em sua parte técnica, pela Secretária solicitante, consequentemente pela Douta Procuradoria-Geral do Município no tocante ao parágrafo único do artigo 38 da Lei 8.666/93.



#### IX – Da Conclusão.

Pelo exposto, pelas razões de fato e de direito acima aduzidas, a Comissão de Chamamento Público, com base nos documentos que constam nos autos, **DECIDE** pelo não acolhimento dos **RECURSOS** e, consequentemente, mantém a **INABILITAÇÃO** do Leiloeiro **JOÃO EMÍLIO DE OLIVEIRA FILHO** e mantém a **HABILITAÇÃO** dos Leiloeiros Fernando Caetano Moreira Filho, **Jonas Gabriel Antunes Moreira**, Lucas Rafael Antunes Moreira e Ruan Carlos Chaves Gotardo, pelas razões de fato e direito acima expressas.

Exteriorizamos que esse é o entendimento da Comissão SMJ.

- Prefeitura de Vassouras/RJ:



PREFEITURA MUNICIPAL DE VASSOURAS  
Estado do Rio de Janeiro  
PROCURADORIA-GERAL



#### PARECER

##### À Comissão Permanente de Licitação

Processo Administrativo nº 2.571/2021  
Credenciamento nº 001/2022

Cuida o presente de recurso interposto pelo Licitante **JOÃO EMÍLIO DE OLIVEIRA FILHO**, em face da decisão que habilitou alguns licitantes, referente ao Credenciamento nº 001/2022, com vistas ao credenciamento de Leiloeiros Públicos Oficiais.

A recorrente aduziu em suas razões de recurso, em síntese, que alguns leiloeiros habilitados não têm inscrição estadual e cadastro ativo (**CAD-ICMS** da Fazenda Estadual), antes do início das suas atividades, conforme prevê a Resolução SEFAZ 944/2016. (fls. 150/152).

Contrarrazões apresentadas pelo Licitante **LUCAS RAFAEL ANTUNES MOREIRA** nas fls. 156/167

É o breve relatório.

Inicialmente, vale transcrever as disposições editalícias pertinentes às alegações de recurso.

\*1.4. Até dois dias úteis antes do início do prazo de credenciamento, qualquer pessoa poderá impugnar este edital.

4.1. Poderão participar deste Credenciamento os leiloeiros, na condição de pessoas físicas, devidamente inscritos na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, que atenderem a todas as exigências do Edital e seus Anexos.

#### 6 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1 – Os documentos relativos à habilitação, que poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada ou cópia simples, que será autenticada por servidor da Administração, ou mediante publicação na imprensa oficial, na forma do artigo 32 da Lei Federal nº 8.666/93, são os seguintes:



a) Certidão emitida pela JUCERJA da Efetiva Matrícula de leiloeiro, comprovando sua habilitação como profissional e que não há impedimentos para o exercício da atividade do mesmo;

b) Cópias de identidade e CPF do leiloeiro;

c) Declaração de inexistência de fatos impeditivos (Anexo III)."

A Administração não pode descumprir as normas estabelecidas em edital, devido ao **princípio da vinculação ao instrumento convocatório**.

Este princípio pode ser verificado no art. 41, *caput*, da Lei nº 8.666/93: "A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital ao qual se acha estritamente vinculada".

O Edital e os seus termos obrigam tanto à Administração, que estará estritamente subordinada a seus próprios atos, quanto às concorrentes – sabedoras do inteiro teor do certame.

Como se observa, não foi exigido em edital o comprovante de inscrição estadual e cadastro ativo (CAD-ICMS da Fazenda Estadual).

O edital em comento não sofreu qualquer impugnação e não pode agora ser modificado, operando-se, *in casu*, o instituto da preclusão.

Assim, em sede de recurso, não pode a Administração exigir documentos não previstos em edital não impugnado no momento próprio.

A jurisprudência confirma tal entendimento, como se pode observar, por exemplo, do julgado transcrito abaixo:

AMS - APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA - 200034000268604

Relator(a): JUIZ URBANO LEAL BERQUÓ NETO (CONV.)

Sigla do órgão TRF1

Órgão julgador QUINTA TURMA

Fonte DJ DATA:10/06/2003 PAGINA:130

Ementa

ADMINISTRATIVO. PROCESSO CIVIL. RECURSOS VOLUNTÁRIOS. LEGITIMIDADE E TEMPESTIVIDADE. MANDADO DE SEGURANÇA.



REPÚBLICA MUNICIPAL DE VASSOURAS  
Estado do Rio de Janeiro  
PROCURADORIA-GERAL



LICITAÇÃO. EDITAL NÃO IMPUGNADO OPORTUNAMENTE. PRECLUSÃO. [...] 3. Sendo o procedimento licitatório dividido em etapas (editância, habilitatória, julgadora e adjudicatória) e contendo cada qual os mecanismos respectivos de impugnação, opera-se a preclusão quando se discute matéria que deveria ser tratada em fase anterior. 4. Desta forma, exigência editalícia não atacada oportunamente não poderá ser impugnada a posteriori. 5. Remessa oficial provida. Segurança denegada. 6. Recursos voluntários prejudicados. (grifamos).

Toda a documentação exigida em edital foi apresentada pelos impugnados no momento adequado e todos se encontram em situação REGULAR perante a JUCERJA (fls. 113/121/129).


Diante das considerações aduzidas, atendo-se aos aspectos jurídicos, opinamos pelo conhecimento do recurso para, no mérito, **NEGAR-LHE PROVIMENTO**, mantendo inalterado o resultado da sessão de 20/03/2022.

Cumpramos observar que o presente parecer restringe-se aos aspectos jurídicos, transcendendo o feixe de atribuições desta Procuradoria exercer qualquer juízo de valor acerca do mérito da contratação (oportunidade e conveniência), de ordem discricionária e a critério da autoridade competente, não sendo por isso objeto de apreciação.

Encaminhe-se à Secretária Municipal de Obras e Serviços Públicos para decisão final.

É o parecer, s.m.j.

Vassouras, 19 de abril de 2022.

  
Lucia Helena Soares  
Procuradora-Geral do Município  
Matrícula: 304.109-9  
OAB/RJ nº 110.446

De qualquer maneira, a fiscalização da regularidade do Leiloeiro cabe à Junta Comercial do Estado, conforme disposto no art. 88 da INº 52/2022 do DREI:

*“Art. 83. Cabe às Juntas Comerciais as atribuições de disciplinar e fiscalizar as atividades dos Leiloeiros Públicos, tendo, inclusive, a atribuição de processar administrativamente os leiloeiros por infrações disciplinares no desenvolvimento de suas funções”. Grifou-se.*

Ora, o Leiloeiro Jonas Gabriel Antunes Moreira está regular perante ao seu órgão fiscalizador, qual seja, a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro:



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais  
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

### CERTIDÃO ESPECÍFICA

Nome do Leiloeiro: JONAS GABRIEL ANTUNES MOREIRA

Número de Matrícula: 258

Data de Matrícula: 21/09/2020

Ressalvado o direito de a JUCERJA cobrar e instaurar procedimento administrativo de responsabilização do leiloeiro acima identificado, acerca de pendências que vierem a ser apuradas, **CERTIFICAMOS**, após conferência no sistema, nesta data, e com base na Instrução Normativa DREI nº 81/2020, que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição:

1. Certificamos que para com esta Junta Comercial o leiloeiro encontra-se em situação **REGULAR** para o exercício da leiloeira, conforme Decreto 21.981/32 e IN/DREI 52/2022.

2. Certificamos que o leiloeiro não sofreu nos últimos 12 meses punição, desta JUCERJA, decorrente de processo administrativo disciplinar por falta de ética ou de representação por decisão contra a qual não caiba recurso.

Observação: Este documento não certifica a inexistência de pendências relativas ao arquivamento de documento comprobatório do pagamento do imposto incidente sobre a atividade, salvo se for um dos pedidos objeto desta certidão.

Consoante art. 97 e parágrafos da Instrução Normativa DREI nº 81/2020, esta certidão refere-se apenas a informações solicitadas pelo requerente.

A fiscalização de Débitos Tributários Estaduais é competência da Fazenda Estadual. Uma vez que a Certidão do Licitante é Negativa, não há o que se questionar, ou até mesmo criar teorias que extrapolam não só a competência do ente licitante, mas também aos requisitos para habilitação dispostos no edital.

No processo licitatório, o interesse privado jamais deve se sobrepor ao interesse público. Ora, é do interesse dos concorrentes a inabilitação do licitante Jonas, a fim de diminuir a concorrência. A Comissão julgadora não pode compactuar com tal ato.

Veja bem, como já foi dito, a arguição dos Recorrentes é sobre um requisito que **NÃO ESTÁ DISPOSTO NO EDITAL**, ou seja, a comprovação de inscrição no cadastro do ICMS.

A Lei n. 8.666/93 elenca no art. 27 a documentação necessária para fins de habilitação dos interessados no certame licitatório, tendo o cuidado de afastar formalismos excessivos e de restringir as exigências relativas à habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômica financeira e regularidade fiscal, passando a indicar, nos artigos 28, 29, 30 e 31, os documentos pertinentes a cada um desses itens.

A eventual inabilitação do licitante seria uma violação às regras impostas aos contraentes no Edital, além de um rigorismo na forma que macula o principal objetivo do procedimento licitatório, que é a obtenção da melhor proposta e todos os principais valores jurídicos homenageados pela Constituição Federal e pela lei de licitações, tais como isonomia, julgamento objetivo, proporcionalidade, razoabilidade e supremacia do interesse público.

Nas precisas lições de Hely Lopes Meirelles:

*"(...) julgamento objetivo é o que se baseia no critério indicado no edital e nos termos específicos das propostas. É princípio de toda licitação de que seu julgamento se apoie em fatos concretos pedidos pela Administração, em confronto com o ofertado pelos proponentes dentro do permitido no edital ou convite. Visa a afastar o discricionarismo na escolha das propostas, obrigando os julgadores a aterem-se ao critério prefixado pela Administração, com o que se reduz e se delimita a margem de valoração subjetiva, sempre presente em qualquer julgamento (Estatuto art. 37)" Licitação e Contrato Administrativo, RT, 7ª ed., p. 14/16. Destaque nosso.*

De observar que, quando se fala em procedimento formal e se alude à estrita observância de regras procedimentais, **não significa que deva a Administração descambar para o formalismo, fazendo exigências desnecessárias ou incompatíveis com o objeto da licitação.**

Ora, isso demonstra que o Sr. Jonas, ora convocado para prestar serviços para a Prefeitura Municipal de São Sebastião do Alto não possui débitos e está **regular** perante à Fazenda Estadual do Rio de Janeiro, não havendo impedimentos para a sua contratação.

Ademais, não se pode olvidar que, não obstante a Constituição Federal, em seu art. 5º, XIII, condicionar o livre exercício do trabalho ao preenchimento de qualificações profissionais estabelecidas em lei, é de se ressaltar que tais requisitos não podem afrontar princípios ou regras constitucionais, devendo se ater apenas à capacidade do profissional.

A desclassificação do licitante em razão da interpretação extensiva de cláusula do edital privilegia a forma em detrimento da finalidade, frustra o caráter competitivo da seleção pública, objetivo expresso de toda e qualquer licitação.

Oportuno descortinar o ensinamento do nobre professor Hely Lopes Meirelles, ao tratar sobre o assunto:

*"A orientação correta nas licitações é a **dispensa de rigorismos inúteis e de formalidades e documentos desnecessários à qualificação dos interessados**. Daí por que a lei (art. 27) limitou a documentação, exclusivamente, aos comprovantes de capacidade jurídica, regularidade fiscal, capacidade técnica e idoneidade econômico-financeira. Nada mais se pode dos licitantes na fase de habilitação. **Reconhecimentos de firmas, certidões negativas, regularidade eleitoral, são exigências impertinentes que a lei federal dispensou nessa fase, mas que a burocracia ainda vem fazendo ilegalmente, no seu vezo de criar embaraço aos licitantes. É um verdadeiro estrabismo público, que as autoridades superiores precisam corrigir, para que os burocratas não persistam nas suas distorções rotineiras de complicar aquilo que a legislação já simplificou. Os bons contratos, observe-se, não resultam das exigências burocráticas, mas, sim, da capacitação dos licitantes e do criterioso julgamento das propostas."** (MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 26 ed. São Paulo: Malheiros, 2001, p. 276-277).*

Desta feita, verifica-se que o leiloeiro Jonas Gabriel cumpriu integralmente com os requisitos contidos no edital, em especial no que toca a regularidade na Fazenda Estadual.

É cediço o fato de que o princípio do procedimento formal não implica, necessariamente, na obrigatoriedade inculcada à Administração no sentido de ser extremamente formalista a ponto de promover exigências inúteis ou desnecessárias à licitação.

Por esse princípio, não se deve anular procedimentos, inabilitar licitantes, ou desclassificar propostas diante simples omissões ou meras irregularidades vislumbradas na documentação/proposta, desde que as mesmas, obviamente, revistam-se em irrelevância, não proporcionando prejuízos ao ente administrativo (situação verificada no caso em tela).

Em consonância a aludida diretiva, já decidiu o Colendo Superior Tribunal de Justiça, *in verbis*:

*"As regras do edital de procedimento licitatório devem ser interpretadas de modo que, sem causar qualquer prejuízo à administração e aos interessados no certame, possibilitem a participação do maior número possível de concorrentes, a fim de que seja possibilitado se encontrar, entre várias propostas, a mais vantajosa" (MS n. 5.606/DF, Rel. Min. José Delgado)*

Assim sendo, é certo que não dever ser aplicado, durante a contratação, exigências que extrapolem as condições impostas no instrumento convocatório.

Por todo o exposto, que vimos, respeitosamente, requerer o deferimento da contratação do Leiloeiro Jonas Gabriel Antunes Moreira.

Certos de que seremos atendidos,

Antecipamos agradecimentos.

Atenciosamente,

**JONAS GABRIEL  
ANTUNES  
MOREIRA:0651322  
2605**

Assinado de forma digital  
por JONAS GABRIEL  
ANTUNES  
MOREIRA:06513222605  
Dados: 2022.10.26 16:46:55  
-03'00'

**JONAS GABRIEL ANTUNES MOREIRA**

